

"Requerlo sejam solicitadas ao Poder Executivo as seguintes informações:

a) É ou não exato que o comício eleitoral requerido pelo candidato à Prefeitura de Ferraz de Vasconcelos, Sr. Antônio Pinto de Freitas, foi interrompido pela polícia, na noite de ontem, naquele município?

b) Quais as razões dessa interrupção? Quem a solicitou? Quem a ordenou?

c) É ou não exato que foram presos dois participantes, o acadêmico de medicina Bernardo Boris, candidato a deputado federal, e o Sr. Cicero do Nascimento, operário metalúrgico, candidato a deputado estadual, além do operário Adenival Gonçalves da Silva?

d) Qual é o preceito constitucional em que se baseou a polícia para interromper o comício e realizar essas prisões, uma vez que os oradores se reuniram em praça pública sem armas, após requerimento à autoridade competente, com setenta e duas horas de antecedência e de acordo com o princípio da Constituição que assegura a livre manifestação do pensamento?

e) É ou não exato que os três cidadãos permaneceram detidos desde as vinte horas de ontem até às quatorze horas de hoje, sem alimentação?

f) Tem o Sr. delegado de Ordem Política e o Sr. delegado de Ordem Social conhecimento de que o estudante Bernardo Boris foi ameaçado de espancamento, por um investigador, no próprio DOFS, a pretexto de verificar se o ditado é comunista?

Sala das Sessões, 11 de junho de 1962.

(Ass.) Cid Franco

Justificativa

A Constituição Brasileira estabelece que, por motivo de convicção política, filosófica ou religiosa, ninguém será privado de nenhum dos seus direitos.

Tal é, srs. Deputados, o requerimento que espero seja respondido com a possível urgência pelo Sr. Governador.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Rocha Mendes Filho.

O SR. ROCHA MENDES FILHO — Sem revisão do orador — Sra. Presidente e Srs. deputados, na oportunidade em que recebeu, da Câmara Municipal de São Paulo, o título de cidadão paulistano, o Sr. San Thiago Dantas teve oportunidade de proferir um discurso de agradecimento, no qual abordou assuntos da política externa do nosso País.

Entre outras coisas, S. Exa. teve ensejo de afirmar que a ação internacional do Brasil está voltada, hoje, para fomentar entre os povos todas as possibilidades de convivência; para fazer com que entre eles os pontos de conflito e de antagonismo, tanto quanto possível, se reduzam pela via operativa das negociações; para fazer com que isso que às outras gerações pareceu uma fatalidade de conflito armado, de guerra e de destruição, se possa converter, na verdade, numa convivência, numa convivência competitiva, em que cada um dos mundos (encontra o outro as excelências de suas próprias instituições, de tal modo que, desse intercâmbio, que desse cotêjo, possa nascer a possibilidade de se preservar a paz entre os homens e possa nascer, também, por uma decorrência inevitável, a vitória mesma dessas instituições livres em que acreditamos — pois, no regime da convivência no regime da paz e do entendimento, as qualidades do sistema democrático representativo não tardam a evidenciar-se e não tardam a revelar aos homens que nesse sistema reside a mais perfeita das técnicas de governar.

Defendeu, assim, o Sr. San Thiago Dantas a necessidade de se defender hoje, para o Brasil, uma política externa de convivência pacífica entre as nações. Procurei mostrar S. Exa. que as condições da sociedade moderna propiciam esta política externa do nosso Governo, e daí o Brasil defender o princípio da autodeterminação dos povos.

Lembramos, ainda, Sra. Presidente e Srs. deputados, que assiste razão ao Sr. San Thiago Dantas, posto que a melhor política que interessa hoje ao Brasil, na parte exterior, é precisamente esta, qual seja a de o Brasil cooperar para que haja entendimento pacífico entre as nações. Razão também assiste a Rui Barbosa quando afirmou que o mundo caminhava para um sistema novo e era preciso que os homens responsáveis pela diplomacia entendessem esta situação nova, colocando a diplomacia a serviço da paz e não a serviço da guerra, inclusive transformando as embaixadas dos países em lugares de ação subversiva, isto é, de elementos que trabalhavam para levar o conflito entre os países.

Fizemos de acordo com o Chanceler San Thiago Dantas, porque também defendemos a política de independência e cooperação com todos os povos da terra, pois so assim estaremos defendendo os interesses do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Luciano Nogueira Filho.

O SR. LUCIANO NOGUEIRA FILHO — Sem revisão do orador — Sr. Presidente e Srs. deputados, quero inicialmente apoiar a homenagem que em boa hora a nobre deputado Conceição da Costa Neves prestou à ilustre educadora santhiana D. Maria Antonieta de Castro e o faço com especial prazer porquanto fui eu o autor da reestruturação dessa carreira, da organização que possibilitou a promoção de numerosas servidoras que há muitos e muitos anos não tinham tais acessos, porquanto seus cargos eram considerados isolados. Daquela oportunidade em diante houve organização nessa carreira, e puderam elas ser premiadas no devido tempo pelo mérito e pelo zelo que dedicaram ao serviço público. E agora com a mensagem do Sr. Governador, enviada a esta Casa, receberão novamente justiça.

Sr. Presidente, a razão fundamental da minha presença na tribuna é chamar atenção desta casa para alguns fatos graves que vêm ocorrendo em obras públicas. Numerosos prédios recentemente construídos apresentam condições graves, ameaçando ruir, ou apresentando avarias extensas. Preciso que o Governo averigue qual a causa de tais danos no patrimônio Público. Merece atenção a denúncia que o jornal de Flórida Paulista, acompanhado pelo "Jornal do Comércio", de Marília, faz sobre as condições do novo prédio construído para o ginásio local. Quando tal prédio foi terminado, tive oportunidade de apresentar um voto de congratulações com o povo daquele município, porquanto o prédio iria possibilitar a imediata instalação do colégio que já era objeto de projeto meu recentemente aprovado por esta Casa. Entretanto verifica-se que tal prédio, que não tem nem 1 ano de vida, ameaça ruir, de acordo com a denúncia do Diretor do Ginásio apresentada à Câmara Municipal.

A firma construtora deve ser chamada à responsabilidade pelo I.P.E.S.P., nos termos do Código Civil, que estabelece o prazo de 5 anos para a responsabilidade do empreiteiro, pela segurança da obra que realizou.

Quero comunicar a V. Exa. que na qualidade de Presidente da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, vou tomar providências sobre este caso e outros que pelo Estado todo ocorreram e chegaram ao conhecimento desta Comissão.

Era o que tinha a dizer

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Paulo de Castro Prado.

O SR. CASTRO PRADO — Sem revisão do orador — Sr. Presidente e Srs. deputados, tive oportunidade, na sexta-feira passada, de apresentar à consideração desta Casa projeto de lei que visa a resguardar a situação daqueles contribuintes do IPESP que, inscritos para a aquisição da casa própria, não obstante morrem antes do prazo de concessão, perdendo totalmente o direito e, portanto, aquelas contribuições. O projeto visa a salvaguardar para os seus sucessores o direito de — continuando a pagar as contribuições — permanecerem inscritos e receberem, no devido tempo, o empréstimo para compra da casa própria.

É inegável a justiça dessa medida, pois o Instituto de Previdência, órgão essencialmente previdenciário, não poderia deixar de zelar por um direito líquido e tão justo como este. Espero que a Casa, levando na devida consideração o projeto, aprove esta medida que virá realmente sanar uma falha de nosso órgão previdenciário, o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. LINCOLN FELICIANO (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, as cidades — segundo Anatole France — são como os livros, livros de figuras. Relembram, além de seus característicos próprios, os seus habitantes, de preferência os de maior destaque, social ou político.

Mogi das Cruzes, além disso, tem a sua história, a sua tradição. Sua posição, perto de São Paulo, muito deveria ter influído no seu progresso. Apesar dessa proximidade e apesar da operosidade de seus habitantes e da riqueza de seu vasto Município, não se tornou, como era de esperar-se, a mais importante cidade da região.

São José dos Campos, por exemplo, bem mais distante da Capital do Estado desenvolveu-se mais rapidamente, senão, hoje em dia, uma verdadeira metrópole. Tem vários cursos universitários e diversos estabelecimentos de

ensino secundário. Sua indústria e seu comércio são de excepcional importância.

E que São José dos Campos, tem sido tratada, mais carinhosamente, pelos Poderes Públicos. Como estância climática, recebeu do Estado grandes auxílios. Agora, quase que caminha por si, sendo a capital das cidades da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Mogi das Cruzes — aqui para que ninguém nos ouça — tem sido relegada ao esquecimento pelos Poderes Públicos (Municipal, Estadual e Federal). Progrediu mais pelo esforço de seus habitantes do que pela proteção da União, do Estado ou de sua Prefeitura.

Cidade antiga, Mogi das Cruzes precisa, sem mais demora, de um urbanista-cirurgião, que lhe corrija os defeitos de edificação, que a modernize, que a renove...

Para tanto, necessita, primeiramente, de um grande Prefeito — homem culto, inteligente, viável, experiente, com escolhida equipe de auxiliares.

Os políticos, que a dominam, abespinham-se à menor crítica. Só porque eu disse, aqui na Assembleia, que a última exposição de caquis e verduras foi instalada longe da cidade, investiram eles contra mim, chamando-me de "desconhecido" e de "velho", com o que pezarosamente concordo.

Enfim, Sra. Presidente e Srs. deputados, as eleições de outubro estão à porta. O seu Prefeito, Sr. Rodolpho Jungers, certamente será eleito deputado estadual e virá emprestar à esta Assembleia o brilho de seu talento e o prestígio de sua cultura. Para substituí-lo irá o Vice-Prefeito, que é moço à altura da administração municipal.

Esperemos, pois, por melhores dias. Deus há de dar à grande cidade de Mogi das Cruzes a administração que os seus anseios reclamam.

Era o que eu tinha a dizer, tendo ao meu lado o nobre deputado Henrique Peres, que, com acenos de cabeça, está aprovando estas minhas pobres e despretenciosas palavras.

O SR. PRESIDENTE — Esgotado o tempo destinado ao Pequeno Expediente, vamos passar ao Grande Expediente.

— Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE — O primeiro orador inscrito para o Grande Expediente é o nobre deputado Luciano Lepere, que permuta o seu tempo com o nobre deputado Avalone Junior. Tem a palavra S. Exa., que dispõe de trinta minutos.

O SR. AVALONE JUNIOR — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, o problema do trânsito em São Paulo nos traz de novo a esta tribuna, notadamente para ser fixado o problema dos táxis-mirins, que está pondo em polvorosa os profissionais do volante e inquietando mais uma vez 4 milhões de paulistas.

Temos ressaltado desta tribuna, Sr. Presidente, que não sabemos por que as autoridades de São Paulo recuam: ante a ameaça de greve dos motoristas profissionais da Capital. Nós, que já provocamos uma greve neste setor em São Paulo — por termos os introdutórios do exame psicotécnico — podemos dizer que esta greve seria um grande "handicap" para a D. S. T., porque assim cassaria a licença daqueles motoristas que não estivessem em condições de servir ao povo. Temos ressaltado nesta tribuna que o problema do trânsito, ao lado dos buracos que infelicitam São Paulo, constitui o binômio mais doloroso desta megalópolis que emociona e entusiasma a gregos e troianos. Temos nesta Casa deputados como Fernando Mauro e Rocha Mendes Filho, que têm defendido os motoristas de São Paulo. Temos outros parlamentares que se têm manifestado pela nossa tese, pela total transformação da D. S. T. em autarquia, revertendo toda a astronômica arrecadação de São Paulo neste setor para a própria D. S. T., porque devemos dizer que se há 10 anos ela arrecadava 16 milhões de cruzeiros, hoje a sua arrecadação ultrapassa a 2 bilhões. E o eminente e inatacável Coronel Sâguas continua no Ibirapuera, ilhado, absolutamente ilhado, esquecido este fabuloso Plano de Ação de que a D. S. T. é o ponto negro do Governo de São Paulo. Somos defensores entusiastas do Governo Carvalho Pinto. Somos elemento de vanguarda deste governo, notadamente no combate àqueles que ainda não reconhecem nele um governo padrão, paradigma. Mas ao setor do trânsito devemos reconhecer que o governo não destinou nem aqueles 300 milhões de cruzeiros concedidos através de despacho ao nosso relatório, resultante da comissão parlamentar que presidimos.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. deputados, aqui estamos mais uma vez indagando do Sr. Secretário da Segurança por que não se institui os táxis-mirins? Dirá S. Exa. que cabe agora à Câmara Municipal de São Paulo resolver o problema. Assim, vai a nossa indagação aos edis paulistanos. Cabe aqui exigir uma resposta urgente, porque sentimos que está havendo obstrução na Câmara Municipal. As vésperas de eleição os candidatos a postos eletivos temem a reação dos motoristas. E aqui estamos para dizer que consideramos a contribuição dos motoristas para a eleição de deputados, governadores e Presidente um tabu. Dizem que elegem. Entretanto, os seus candidatos não são eleitos. Já proclamei em vários programas de televisão que era preciso vir alguém do Interior para São Paulo a fim de acabar com o tabu do prestígio dos motoristas. E hoje fazemos mais uma acusação. E o popular jornal "A Hora" que diz:

(Lê) "Não se pode de forma alguma receber a notícia de que a greve deve eclodir. Onde está o pulso do governo, das autoridades? Os "fominhas" não lograram já um aumento razoável, sangrando o usuário de seus veículos sem que para isso houvesse uma justificativa razoável. Não levaram 30% de mão beijada? Não estão arrancando verdadeira fortuna?"

As respostas são claras: quem está pagando mais é o povo, quem está sendo sangrado é o povo. Esse mesmo povo que tem direito a carros de aluguel mais baratos e que deve ser assistido pelos poderes competentes. Não se concebe qualquer outra solução. Táxi-mirim tem que vir porque representa o anseio do povo e mais condução. Não pode a população paulistana ficar lançada ao abandono sem que ninguém lhes ajude. Não podem os "milhões da praça" continuarem a dar ordens em São Paulo. O povo deve ser respeitado. Se surgir a greve devem as autoridades cassar o licenciamento daqueles que deixarem de atender o povo".

O Sr. Rocha Mendes Filho — V. Exa. permite um aparte?

O SR. AVALONE JUNIOR — Fois não.

O Sr. Rocha Mendes Filho — Continuo, nobre deputado Avalone Junior, com todo o respeito que tenho por V. Exa., afirmando que V. Exa. está confuso em relação ao problema dos motoristas. O nobre colega confunde o direito de uma classe defender-se, como classe, de certas modificações que V. Exa. proclama que serão úteis ao nosso povo. Já desafiou V. Exa., nessa tribuna, para provar, a mim e ao povo de São Paulo, que os chamados táxis-mirins virão beneficiar a população de São Paulo. V. Exa. sabe que o tipo de carro que querem introduzir na praça contraria aquilo que a lei atualmente prevê como pontos essenciais para o serviço de táxis: capacidade de 5 passageiros, possuir 4 portas, oferecer segurança aos usuários. Os carros que V. Exa. defende, que são os mesmos defendidos pelas companhias particulares de táxis, especialmente por uma norte-americana que quer o monopólio do serviço de táxis em São Paulo, embora se afirme ser de construção nacional — Volkswagen — em primeiro lugar não tem 4 portas; em segundo, não comportam 5 passageiros e, em terceiro, não oferecem qualquer segurança aos seus ocupantes. Ainda mais, nobre deputado Avalone Junior, defender a introdução desses carros no serviço de táxis sob a alegação de que as tarifas seriam mais baratas, seria admitir a velha técnica dos trustes, que, para penetrar no mercado, oferecem a mercadoria por um preço inferior, mas, depois que tomam conta da situação, impõem o preço que querem. Todo mundo sabe que nas capitais onde companhias de táxis dominam, o serviço é mil vezes pior que o da Capital de São Paulo e muito mais caro. Não existe qualquer cidade do mundo, inclusive Nova Iorque e outras cidades importantes que V. Exa. queira citar, onde o serviço de táxis seja feito por companhias, que ofereça tarifas acessíveis ao povo e não apenas aqueles que usam táxis para satisfação da sua vaidade pessoal, para não usarem os veículos de transportes coletivos, ou então aqueles que os usam em situações de emergência. Em São Paulo os táxis estão a serviço de todos, pois transportam o povo na hora do rush, suprimindo a falta de ônibus, substituindo a falta de medidas da Diretoria do Serviço de Trânsito, do Governo do Estado e do Governo da Capital, de amparo à população de São Paulo, que não tem uma condução suficiente e eficiente para o seu transporte. O que finalmente quero estranhar em V. Exa. é a demonstração de racionalismo que V. Exa. dá esta tarde da tribuna da Assembleia. Era a única faceta que eu não conhecia em sua vida de homem público, vida que eu tenho respeitado e até em determinadas ocasiões elogiado, na defesa dos interesses do povo, quando V. Exa. diz que a Diretoria do Serviço de Trânsito deveria cassar a carta dos motoristas que não fazem greve. Desta forma, amanhã, quando formos a Bauru fazer uma greve justa,